

Projeto Político Pedagógico: entre a teoria e a prática

Yago de Souza Rubim¹

Sandra Monteiro Gomes²

RESUMO: Este artigo tem o *objetivo* de apresentar os resultados obtidos em uma pesquisa em que optou-se por analisar o Projeto Político Pedagógico de uma escola pública de um município do estado de Rondônia e verificar, se o documento construído representa a identidade da escola, se atende as necessidades da comunidade interna e externa especialmente, no tocante aos processos de ensino e aprendizagem da disciplina de física. A *originalidade* do estudo dar-se ao fato de não haver estudos envolvendo escolas do referido município com ênfase no projeto político pedagógico. A pesquisa, possui uma abordagem qualitativa (Chizzotti, 2001); (Minayo, 2009), e adotou-se a pesquisa de campo e a análise documental para o desenvolvimento metodológico do estudo (Gonçalves, 2001); (Andrade, 1999). Os *conteúdos* abordados durante a discussão teórica foram, planejamento e projeto político pedagógico. O *interesse* em desenvolver pesquisa nessa perspectiva, fundamenta-se pelo fato de estarmos num curso de licenciatura e sempre que possível, buscamos aproximar através da pesquisa, teoria e prática. O estudo possui relevância e *importância* significativa, especialmente no meio acadêmico, considerando que contribui para discussões e reflexões acerca da temática em questão. Autores como Libâneo (2006), (Luckesi, 2011), Gadotti e Romão (1997), Vasconcellos (2002), Veiga (2013), Lück (2006) entre outros, nos auxiliaram nas discussões e reflexões acerca da problemática do estudo.

Palavras-chave: Projeto político-pedagógico. Teoria. Prática.

ABSTRACT: This article aims to present the results obtained in a research in which it was decided to analyze the Political Pedagogical Project of a public school in a municipality in the state of Rondônia and to verify whether the constructed document represents the identity of the school, if it serves the needs of the internal and external community, especially with regard to the teaching and learning processes of the discipline of physics. The originality of the study is due to the fact that there are no studies involving schools in that municipality with an emphasis on the pedagogical political project. The research has a qualitative approach (Chizzotti, 2001); (Minayo, 2009), and field research and document analysis were adopted for the methodological development of the study (Gonçalves, 2001); (Andrade, 1999). The contents covered during the theoretical discussion were, planning and pedagogical political project. The interest in developing research from this perspective, is based on the fact that we are in a degree course and whenever possible, we seek to bring them closer through research, theory and practice. The study has significant relevance and importance, especially in academia, considering that it contributes to discussions and reflections on the topic in question. Authors such as Libâneo (2006), (Luckesi, 2011), Gadotti and Romão (1997), Vasconcellos (2002), Veiga (2013), Lück (2006), among others, helped us in discussions and reflections on the study's issues.

Keywords: Politic-pedagogic Project. Theory. Practice

¹Acadêmico do curso de Licenciatura em Física da turma de 2018.1 do IFRO Campus Porto Velho Calama.

²Professora Doutora. Docente e orientadora do Curso de Licenciatura em Física do IFRO Campus Porto Velho Calama.

Introdução

O projeto político pedagógico (PPP) é um documento institucional obrigatório, onde encontra-se toda a história e filosofia de uma escola, além de todas as informações sobre a estrutura física, equipamentos disponíveis, corpo docente e discente, os projetos desenvolvidos, as matrizes curriculares, a concepção de ensino e de aprendizagem, os processos de avaliação, além dos aspectos que envolvem o entorno da instituição (externo) e que podem influenciar diretamente na rotina e dinâmica escolar.

Assim, o projeto político pedagógico (PPP) assume o papel de identidade da escola, sua elaboração, portanto, precisa de planejamento, organização e mobilização para a participação de toda comunidade, para que este documento represente a instituição proponente. No entanto, embora saibamos que todas essas ações sejam importantes e indispensáveis para a consolidação de uma proposta que atenda às necessidades individuais das instituições, o que se observou durante o curso de Licenciatura em Física, ao adentrarmos os espaços escolares, é que o projeto político pedagógico (PPP) na maioria das vezes é desconhecido pela comunidade escolar (interna e externa), ou seja, na prática, cumprem o que preconiza a legislação, porém, não contempla de fato as necessidades e especificidades daquela comunidade escolar.

Tais questões mobilizaram-nos ao seguinte problema de pesquisa: ao observar a dinâmica de uma escola pública situada no interior do estado de Rondônia e confrontar com o documento (PPP) construído pela unidade escolar, este projeto, atende a comunidade interna e externa e corresponde de fato a identidade daquela instituição? Os processos que envolvem a avaliação, o ensino e aprendizagem da física no (PPP), consideram de fato a realidade em que os estudantes estão inseridos?

A partir da problemática em questão, este trabalho tem como objetivo analisar o Projeto Pedagógico de uma escola pública de um município do estado de Rondônia, verificando se este projeto representa a identidade da escola pesquisada, e de que forma foi organizado o planejamento com foco nos processos que envolve o ensino, a aprendizagem e a avaliação dos estudantes, especialmente, no tocante a disciplina de física.

Nesta perspectiva organizamos os seguintes objetivos específicos: Verificar se o Projeto Pedagógico da escola pública de um município do estado de Rondônia, foi construído de modo que evidenciasse a identidade da instituição, e ele foi pensado para atender a comunidade o qual está inserida. Compreender a concepção dos processos que envolvem o ensino e a aprendizagem

(abordagem pedagógica) constantes no Projeto Político Pedagógico e confrontar, com as observações de campo. Averiguar a proposta de avaliação, e como foram organizados os currículos referente a disciplina de Física.

O estudo foi fundamentado em uma abordagem qualitativa, e utilizou-se da pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo e análise documental para a produção dos dados do mesmo. A opção pela abordagem qualitativa justifica-se por ela possibilitar estudar os “fenômenos que envolvem os seres humanos e suas intrincadas relações sociais, estabelecidas em diversos ambientes” (GODOY, 1995, p. 21). Já a pesquisa de campo foi necessária para podermos confrontar a realidade observada, com o documento (PPP) construído pela escola. Tendo em vista que a pesquisa de campo consegue captar o fenômeno em estudo e assim, “vários tipos de dados são coletados e analisados para que se entenda a dinâmica do fenômeno” (GODOY, 1995, p. 21). Enquanto que a análise documental, foi utilizada para validar e aprofundar os dados obtidos (VIN, 1989).

O artigo foi organizado em três sessões: a primeira trata do estudo bibliográfico com enfoque no planejamento escolar, na construção e importância do Projeto Político Pedagógico, em que apresenta-se um breve contexto histórico das legislações que regulamentam a educação brasileira; a segunda sessão apresenta o percurso metodológico do estudo, em que se discorre de maneira mais detalhada a metodologia e procedimentos adotados para o estudo; e na terceira sessão apresentam-se reflexões e discussões a partir dos dados produzidos.

1 A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO NO ÂMBITO EDUCACIONAL

A definição do termo “planejamento” é ambíguo, remete a planejar, projetar, tencionar, conjecturar – suspeitar, supor, presumir, conforme os dicionários brasileiros, assim, resumem a ideia que, sem um mínimo de conhecimento das condições existentes numa determinada situação e sem um esforço de previsão das alterações possíveis dessa situação, nenhum ato de mudança será eficaz e eficiente, ainda que haja clareza a respeito dos objetivos dessa ação; se qualquer atividade requer planejamento, a educação não foge dessa exigência.

Na área da educação existem diferentes tipos de planejamento que atendem propósitos diferentes, como por exemplo: o planejamento educacional, o planejamento curricular e o planejamento de ensino. Cabe enfatizar, no entanto, que existem ações anteriores a qualquer planejamento, pois assim como Luckesi (2011), entendemos a importância de investigar para conhecer, e conhecer para agir, tendo em vista a produção de resultados satisfatórios. O

contrário disso é: sem investigação, não se tem eficiência e qualidade. Agora vejamos os diferentes tipos de planejamento.

O planejamento educacional é aquele cujo objetivo central é tomada de decisões sobre a educação geral do país, e requer a proposição de objetivos a longo prazo que definam uma política de educação. O planejamento curricular é aquele que define os objetivos finais do ato educativo, e envolve o planejamento dos conteúdos básicos, o delineamento de métodos e estratégias de avaliação, bem como a utilização de recursos de acordo com a realidade de cada escola, e isso requer a participação de todos aqueles que direta ou indiretamente estão envolvidos na dinâmica do processo educativo. Enquanto o planejamento de ensino é a especificação do planejamento curricular, pois traduz de forma mais concreta e operacional, o que o professor fará em sala de aula; como organizará o processo de ensino e aprendizagem para alcançar os objetivos educacionais propostos.

Assim, de acordo com Oliveira (2003), o planejamento não pode ser feito de forma burocrática e centralizada, mas, deve atender as demandas presentes no contexto que se encontra, proporcionando um certo equilíbrio de modo que atenda as exigências de sua comunidade sem se manter distante do contexto geral do resto da federação, uma vez que:

A educação é vista como um importante instrumento no planejamento do desenvolvimento à medida em que deve prover o país de conhecimentos técnico e de um grau de evolução que favoreça o crescimento da produção e a melhoria do nível de vida dos habitantes. A educação deveria ser pensada em integração com o planejamento econômico, fixando metas e quantificando recursos (OLIVEIRA, 2003, p. 79).

Sabe-se que nos tempos antigos, a educação era um privilégio assegurado apenas para os membros da nobreza e do clero, assim, podiam influenciar aqueles que não podiam desfrutar do conhecimento e, portanto, subjugar-los e governá-los como bem entendessem. Com o passar dos milênios esta situação mudou, a educação que hora era direcionada exclusivamente para o clero e a nobreza, tornou-se um direito de todos.

Em 1934, a Constituição Federal trouxe a necessidade de elaboração do Plano Nacional de Educação e neste, firmou-se a educação básica gratuita e obrigatória, a partir de então, percebeu-se a importância da disseminação do conhecimento para a sociedade, assim, a educação passou a ser vista como uma ferramenta para a consolidação de mudanças importantes, influenciando a economia, a cultura, a política e as áreas do desenvolvimento como um todo.

Em uma entrevista para a Revista de Educação de São Paulo em 1934, o diretor do Departamento de Educação do Distrito Federal Anísio Teixeira, descreveu a nova perspectiva

que se enfrentava com a grande demanda de matrículas proporcionada pelo direito à educação básica firmada por lei. Segundo ele “o primeiro problema é, pois, o de oferecer mais educação. Ao administrador compete ver se esse aumento de quantidade se faz com prejuízo substancial de qualidade. Desde que tal não se dê, só lhe cabe conceder o aumento pedido”. (TEIXEIRA, 1934, p. 210)

Percebe-se que a obrigatoriedade do ensino trouxe um novo paradigma onde as escolas se tornaram escassas para a demanda da época, os profissionais da educação não estavam preparados para lidar com tamanha quantidade de alunos ao mesmo tempo. Segundo Anísio, foram matriculados 115.103 no ano de 1934, ou seja, 26.000 alunos a mais que no ano de 1933. (TEIXEIRA, 1934)

A primeira lei a estabelecer a obrigatoriedade do planejamento da educação foi a Lei nº 4.024 – Lei de Diretrizes e Bases – promulgada em 1961, porém esta foi revogada em janeiro 1967 num contexto de ditadura militar. Conforme Calazans:

Nos anos de 1964 a 1985 – período da ditadura militar –, com o fim de “planejar e promover o desenvolvimento”, foram produzidos cerca de 6 planos nacionais de educação, incluindo-se os capítulos dos Planos Globais de Desenvolvimento dedicados à educação. Eles programavam objetivos na mesma direção, sedimentados pelo forte aparato da tecnoestrutura estatal e do “neutro” discurso tecnicista. (CALAZANS, 2003, p. 25)

Posteriormente, no ano de 1971, foi implementada a Lei nº 5692 que tratava de reformas na educação. Tal normativa trouxe um aspecto mais voltado para a profissionalização dos alunos e formas de articulação mais flexíveis entre o 1º e 2º grau para uma formação contínua. Nas leis anteriores à Lei nº 5692/71, para ingressar no ensino médio era exigido competência comprovada por meio de admissão em um exame, com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1971 o nível médio de educação ficou aberto para aqueles que concluíram o 1º grau ou estudos equivalentes, sendo que o ensino era obrigatório apenas para crianças de 7 a 14 anos de idade com uma carga de 720 horas para o 1º grau, o curso de 2º grau era opcional, com carga de 2.200 horas mínimas podendo ser estendida até 2.900 horas para aqueles que optassem por ensino profissionalizante, ensino este que poderia ser aproveitado em um curso superior na época (BRASIL, 1971).

Anos depois, precisamente final da década de 1990, surgiu a Lei nº 9394/96, Lei de Diretrizes e Bases para Educação Nacional em que foram estabelecidos os princípios para a educação, e os deveres das esferas administrativas do governo em relação à educação pública. Com essa nova normativa, tanto as instituições públicas quanto as privadas, teriam de se

submeter a normativa vigente, com vistas a qualidade da educação, e o planejamento para atingir tais perspectivas, passou a ser necessário e obrigatório, tanto no âmbito nacional, quanto por estados e municípios (KUENZER; CALAZANS; GARCIA, 2003)

Entretanto, ainda que a legislação assegure uma educação de qualidade para todos, e o planejamento tenha se tornado um mobilizador importante para as mudanças necessárias no país, para que de fato essas mudanças aconteçam, e na ponta, as atividades escolares possam ser exercidas de forma sistemática e significativa, faz-se necessário uma mudança de atitude/concepção de todos os envolvidos no processo educativo, e um novo projeto de sociedade se faz necessário, com o objetivo de transformar a realidade de forma democrática, adotando novas metodologias para concretizar a mudança de modo a organizar e planejar os rumos da sociedade e, nesse sentido, a participação da comunidade se faz essencial.

Infelizmente o Brasil é um país que insiste em ver a educação e, conseqüentemente, o seu planejamento como uma despesa/gasto, e não como investimento. Com escassez de recursos, o predomínio de uma mentalidade onde o orçamento é mais valorizado, do que os benefícios provenientes da educação, faz com que o estado da educação brasileira não possa se desenvolver de forma satisfatória.

Tal afirmativa pode ser comprovada a partir do que afirmam Kuenzer; Calazans; Garcia (2003), segundo eles, elaboram-se propostas, quantificam-se dados e inicia-se todo um processo de negociação que só termina com reduções e cortes capazes de conciliar o orçamento da proposta inicial com o que foi determinado por alguém que está fora do setor da Educação. Dessa forma o planejamento passa a ser visto a partir de uma visão orçamentista, na qual o objetivo é apenas garantir que este funcione com os mesmos recursos disponibilizados anteriormente, fazendo no máximo, ajustes condizentes à inflação. Desse modo, a cada dia se torna mais difícil executar novos projetos, uma vez que, por melhor justificados que sejam, os recursos financeiros são negados e, quando o referido recurso é autorizado, por vezes ocorre a falta de acompanhamento do que é executado, abrindo espaço para o desvio do pouco orçamento que foi disponibilizado.

Como vimos, há várias questões limitantes que atrapalham a concretização das garantias legais estabelecidas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/9.394/96), no entanto, embora percebamos que para conseguirmos de fato uma educação para todos e de qualidade, existem inúmeras variáveis que vão desde o planejamento orçamentário, a forma como os gestores priorizam a educação, até mesmo, como as instituições educativas (escolas) farão acontecer de fato a educação. O planejamento escolar, no entanto, vem se apresentando de

forma parcialmente autônoma do Estado, e esta independência, é um ganho significativo e um instrumento de poder (OLIVEIRA, 2003).

Para Libâneo:

O planejamento escolar é uma tarefa docente que inclui tanto a previsão das atividades didáticas em termos da sua organização e coordenação em face dos objetivos propostos, quanto a sua revisão e adequação no decorrer do processo de ensino. O planejamento é um meio para se programar as ações docentes, mas é também um momento de pesquisa e reflexão. (LIBÂNEO, 1999, p. 221)

Portanto, o planejamento é uma ação de reflexão, também um ato decisório, assim sendo, político, pois exige escolhas, opções metodológicas e teóricas. Também é ético, tendo em vista a proposta de ideias, valores, crenças e projetos que alimentam as práticas. Com o planejamento espera-se prever ações e condições; racionalizar tempo e meios; fugir do improvisado e da rotina; assegurar unidade, coerência, continuidade e sentido ao trabalho educativo (FARIAS, SALES, BRAGA e FRANÇA, 2009).

Nesse sentido, é importante destacar a importância de uma gestão escolar articulada e democrática que priorize um planejamento voltado às necessidades da sua comunidade, e o poder que este engajamento pode materializar conquistas significativas. Com essa afirmativa não se pretende minimizar o papel do Estado, tampouco, dos nossos governantes, apenas reforçar a importância e o poder que um planejamento de uma comunidade tem e, agregado ao empenho dos atores envolvidos, o quanto essas ações podem transformar realidades.

Isso corrobora com as ideias de Lück (2006), ao afirmar que o papel da gestão é crucial para que a organização escolar seja realizada de forma efetiva, e esta depende não somente da ação de gestores, mas, de toda uma mobilização de forças na ação construtiva e em conjunto com todos os integrantes da instituição. A partir dessa vontade coletiva, se cria um ambiente adequado ao contexto onde a escola está inserida. Segundo a autora, essa organização conjunta é uma condição fundamental para que os processos de ensino e aprendizagem aconteçam de forma eficaz no âmbito escolar, sempre levando em consideração que tais processos, são complexos e extremamente relevantes.

Vimos que os desafios são diversos, mas, são ações possíveis. Naturalmente, os trabalhos que envolvem a educação exigem uma grande frente de atuação coletiva, portanto, a organização da gestão e a divisão dos afazeres a partir de um planejamento coletivo e eficaz, é o primeiro passo para se desenvolver uma instituição de ensino de qualidade. Com o planejamento, é possível garantir um adequado funcionamento da instituição, e a partir deste, sanar várias necessidades institucionais, antecipar-se a possíveis tensões, além de avaliar e lidar

com as mais diversas peculiaridades que acontecem no cotidiano escolar e, claramente, assegurar uma educação de qualidade (KUENZER; CALAZANS; GARCIA, 2003).

2 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: PLANEJAMENTO DO ATO EDUCATIVO

Vimos nas discussões anteriores que o planejamento escolar não é um assunto atual, mas, com a criação da Lei nº 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – o planejamento se tornou obrigatório, portanto, algo indispensável. Planejamento, no entanto, é um processo complexo, que demanda tempo, e no âmbito da escola, embora sejam articulados, há diferentes tipos de planejamentos, São eles: o projeto político-pedagógico (PPP), o plano de curso ou disciplina, e o plano de aula.

O plano de curso (também chamado de plano de disciplina) é a parte do planejamento onde serão dispostos todos os conteúdos e metodologias utilizadas no processo de ensino-aprendizagem durante o período letivo. Este documento é obrigatório em qualquer instituição de ensino, seja ela de educação básica, técnica ou superior, pública ou privada. Portanto, deve ser elaborado pelos profissionais de suas respectivas áreas e devem obedecer às normas estabelecidas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, considerando que sua função é orientar as aulas do professor durante o ano letivo, apresentando uma sequência lógica da aplicação dos conteúdos, metodologias e a forma que estes conhecimentos serão avaliados (LIBÂNEO, 2013).

O plano de aula, como o nome já indica, é o documento que descreve detalhadamente como uma determinada aula será ministrada. É um planejamento inerente ao trabalho do professor responsável pela disciplina, com o auxílio da equipe pedagógica da instituição. Nele são descritos os assuntos a serem abordados, os objetivos de aprendizagem que espera-se alcançar ao término da aula, as metodologias adotadas para a execução da aula, os materiais que serão utilizados no decorrer do processo de aprendizagem e o mecanismo avaliativo para conceituar o aprendizado dos discentes confrontando os resultados obtidos com os objetivos propostos previamente (LIBÂNEO, 2013).

O projeto político pedagógico, é onde encontramos a concepção pedagógica da instituição, sua história, seu propósito, de forma que este possa expressar a sociedade que a escola atende, a situação econômica e cultural que a instituição foi estabelecida e os objetivos traçados de acordo com seu contexto histórico-econômico-social para proporcionar o desenvolvimento da comunidade, desde sua fundação até os tempos modernos.

O *plano da escola* é um documento mais global; expressa orientações gerais que sistematiza, de um lado, as ligações da escola com o sistema escolar mais amplo e, de outro, as ligações do projeto pedagógico da escola com os planos de ensino propriamente ditos (LIBÂNEO, 2013, p. 249)

É um guia que direciona o ensino garantindo que os docentes possam suprir as demandas educacionais da população, deve ser discutido e elaborado por todos os componentes internos e externos à escola (colaboradores, alunos, pais, etc.), para que possam ser evidentes “os propósitos dos educadores empenhados numa tarefa comum” (LIBÂNEO, 2013, p. 256).

Devem ser incluídos as finalidades da educação escolar para o público da escola, o tipo de cidadão que a instituição anseia desenvolver, as características do ambiente que podem afetar o desempenho do corpo discente e docente, características socioculturais dos alunos, as diretrizes que norteiam os planejamentos e a organização administrativa da escola. (LIBÂNEO, 2013). Ou seja, no Projeto Político Pedagógico constam as principais particularidades da região que justificam seus objetivos, metodologias e resultados. É a história da escola, da sociedade, é imprescindível que este faça jus à sua história e honre seu compromisso com os cidadãos.

Além disso, por ser um documento que fomenta uma gestão democrática, o projeto político pedagógico deve estar infundido no meio escolar e agindo na circulação de informações, na divisão de trabalho entre os profissionais de cada área, na elaboração do calendário escolar e na distribuição de forma organizada da distribuição de aulas, na escolha ou na criação de novas disciplinas e cursos para a matriz curricular, na formação de grupos de trabalho, na capacitação contínua não somente dos docentes mas de todo os colaboradores, e em todas os setores de atuação da escola (GADOTTI; ROMÃO, 1997).

Nessa perspectiva, segundo Gadotti e Romão (1997), o projeto político pedagógico não é apenas um conjunto de princípios mencionados em um documento qualquer, ele deve se fazer presente em todo o âmbito escolar, considerando que ele influencia na escolha dos livros didáticos, nos planejamentos feitos pelo corpo docente, na organização dos eventos promovidos pela instituição, na promoção de eventos esportivos e recreativos, ou seja, influencia em toda a dinâmica educativa.

Portanto, o projeto político pedagógico é um dos documentos mais importantes de uma escola, não é apenas um mero processo a ser feito para cumprir com deveres, é parte da fundação de uma instituição de ensino que diz como ela funciona, quais são suas metas, objetivos e os meios para alcançá-los, e como opera na comunidade. Ele é vivo e dinâmico e precisa de ser vivido diariamente por todos os envolvidos nos processos educativos da escola, motivo pelo qual é chamado de político pedagógico, pois é um processo de constante análise e intervenção

nas problemáticas envolvendo os processos de ensino-aprendizagem e também no exercício da cidadania dos membros do meio escolar.

Sendo assim,

O projeto político-pedagógico, ao mesmo tempo em que exige dos educadores, funcionários, alunos e pais a definição clara do tipo de pessoa que intentam, requer a definição de fins. Assim, todos deverão definir o tipo de sociedade e o tipo de cidadão que pretendem formar. As ações específicas para a obtenção desses fins são meios. Essa distinção clara entre fins e meios é essencial para a construção do projeto político-pedagógico (VEIGA, 2013, p. 17).

Veiga (2013), afirma ainda, que a construção do projeto político pedagógico é possível, pois a escola tem autonomia de escolher as diretrizes e ideias que serão adotadas em todo o seu espaço, desde o regimento até as metodologias utilizadas nas disciplinas a serem ministradas, tornando a escola o espaço público que esta deve ser de fato, um ambiente onde o debate de ideias pode ocorrer de forma livre e respeitosa, através do diálogo e da reflexão. Além destas, o projeto político pedagógico também traz as bases para a construção de saberes em todas as áreas, desde a cultura de diversas partes do mundo, até os mais fascinantes e complexos fenômenos da natureza, sendo que cada matéria é tratada separadamente com detalhamento de cada conteúdo que será aplicado no decorrer do processo de aprendizagem. Outrossim,

O projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade (VEIGA, 2013, p. 14).

Por fim, corroboramos com Vasconcellos (2002), ao afirmar que o projeto político-pedagógico também tem uma importante contribuição no sentido de tornar real a autonomia do meio escolar criando um clima onde os professores e os profissionais que atuam nas áreas administrativas se sintam atuantes e responsáveis por todos os acontecimentos no âmbito escolar, inclusive na formação e desenvolvimento dos indivíduos que lá frequentam, tendo em vista que ele é o responsável por fazer uma articulação entre o ambiente escolar, os profissionais que nele atuam, os cidadãos que são formados na escola, com o meio social que cerca a instituição.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

Na perspectiva de responder as questões problematizadoras que nortearam o referido estudo, optou-se por analisar o Projeto Pedagógico de uma escola pública de um município do

estado Rondônia, e verificar se este projeto representa a identidade da escola pesquisada, como foi organizado o planejamento com foco nos processos que envolve o ensino, aprendizagem e avaliação dos estudantes, no tocante a disciplina de física.

Para o desenvolvimento da pesquisa optou-se pela abordagem qualitativa, vista que neste tipo de abordagem “há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito” (CHIZZOTTI, 2001, p. 79). Permite também trabalhar “[...] com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (MINAYO, 2009, p. 21).

Para o desenvolvimento do estudo, inicialmente, selecionou-se um referencial bibliográfico capaz de subsidiar o problema de pesquisa, portanto, utilizou-se livros, artigos, revistas e arquivos de materiais indexados que tratavam da temática em tela, uma vez que “O levantamento bibliográfico é uma etapa fundamental da pesquisa de campo. Além de proporcionar uma revisão sobre a literatura referente ao assunto” (ANDRADE, 1999, p. 124).

Para a produção de dados utilizou-se a pesquisa documental e a pesquisa de campo, ao considerar que precisávamos verificar se o Projeto Político Pedagógico da escola em questão, foi construído de modo que evidenciasse e respeitasse a identidade da instituição, e se este foi pensado para atender a comunidade o qual está inserida.

Nesta investigação, o documental analisado foi o projeto político pedagógico disponibilizado pela própria escola, foco do estudo. De acordo com Gil (2010), os documentos, muitas vezes, possibilitam ao pesquisador dados suficientemente ricos que evitam perder tempo na pesquisa de campo, pois estes se auxiliam e complementam-se. Além disso, o autor afirma que só é possível realizar a investigação social, a partir de documentos, fato constatado nesta pesquisa, pois a análise do documento foi essencial e necessário para conhecermos o planejamento institucional, a perspectiva de ensino e aprendizagem, a organização do currículo da física e, ainda, a dinâmica escolar.

Segundo Zanella (2011):

A escolha das técnicas para coleta e análise dos dados decorre do problema de pesquisa e dos objetivos. Você sabe que, numa investigação científica, o pesquisador busca compreender e examinar uma determinada situação e depende de informações. Ora, as informações estão na cabeça das pessoas e em documentos [externos ou internos]. Para buscar essas informações que estão em diferentes lugares, é preciso planejar quais são essas informações, onde elas se encontram, de que forma obtê-las e como trabalhá-las, isto é, o que se vai fazer com os dados: como serão agrupados, tratados e analisados (ZANELLA, 2011, p. 109).

Ademais, para compreender a concepção dos processos que envolvem o ensino e a aprendizagem (abordagem pedagógica) constantes no Projeto Político Pedagógico, verificar a

proposta de ensino, aprendizagem e avaliação, e como foi organizado o currículo da Física e, se estes atendem aos anseios da comunidade, optou-se pela análise documental, na perspectiva de confrontar as informações constantes no projeto, com as observações de campo.

A pesquisa de campo é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas [...] (GONSALVES, 2001, p. 67).

Assim, o pesquisador realizou observação no espaço escolar com o objetivo de verificar a dinâmica escolar e as aulas de física, com ênfase na abordagem pedagógica (ensino e aprendizagem da física) e avaliação, durante o período de seis (06) meses, por 04 horas diárias. Para os registros das observações utilizou-se um caderno de campo.

Neste estudo, o cuidado na escolha e utilização das técnicas foram imprescindíveis ao pesquisador para retratar os achados da investigação a respeito do Projeto Político Pedagógico no que se refere a relação entre a teoria e a prática.

Aspectos observados no Projeto Político Pedagógico da escola

No projeto pedagógico institucional, foram observados alguns aspectos, são estes: a abordagem pedagógica institucional no tocante a proposta de ensino, aprendizagem e avaliação; a organização curricular, com ênfase no currículo da Física.

Os dados produzidos com a análise, foram documentados em fichas e posteriormente, organizados por eixos de discussão, são estes:

Nos processos que envolvem o ensinar e o aprender – Neste eixo serão discutidas questões que envolve a abordagem pedagógica adotada pela instituição e os aspectos que envolvem a avaliação escolar.

Sobre o currículo da física – Neste eixo discorreremos sobre a organização do currículo da Física disposto no projeto pedagógico da escola.

A seguir, traremos as discussões e reflexões a partir dos dados produzidos no estudo.

4 DISCUSSÕES E REFLEXÃO DOS DADOS PRODUZIDOS NO ESTUDO

Neste tópico, apresentamos a análise interpretativa dos dados produzidos, em que procuramos compreender se os processos que envolvem o ensino e aprendizagem da física no (PPP), consideram a realidade que os estudantes estão inseridos e se, o documento (PPP) construído pela unidade escolar, atende a comunidade interna e externa e corresponde de fato a

identidade daquela instituição. Os dados foram organizados em dois eixos: nos processos que envolvem o ensinar e o aprender, e sobre o currículo da física.

Nos processos que envolvem o ensinar e o aprender

Ao analisar o projeto político pedagógico, verificou-se que o documento foi reelaborado pela última vez no ano de 2017, em que traz descritas algumas das alterações realizadas, especialmente, quanto à estrutura física da escola.

No tocante a abordagem pedagógica adotada pela instituição, consta no documento, que a escola utiliza uma “mistura de ideias de Piaget, Vygotsky e Wallon, com uma perspectiva sócio, histórica e interacionista” (RONDÔNIA, PPP, 2017, p. 12), onde afirmam acreditar que o conhecimento se dá na interação entre o sujeito e o objeto.

Ocorre que, ao problematizarmos essa mistura de ideias (Piaget/ Vygotsky e Wallon), é nítido elas seguem linhas muito diferentes, o que gera uma controvérsia, principalmente, nas questões que envolvem o ensino e a aprendizagem no espaço escolar. Sobre essa questão, Libâneo (2006), destaca que é difícil visualizar uma situação onde ideias tão contraditórias possam trabalhar em harmonia, não que seja impossível, no entanto, todas possuem certas particularidades e discordâncias. No tocante a esta questão, cabe mencionar que não há problema algum de a escola adotar pensadores diferentes para fundamentar suas concepções de ensino e aprendizagem, no entanto, estes estudiosos precisam se fundamentar em ideias convergentes, aspecto, defendido inclusive por Libâneo (2006).

Ao observar a rotina escolar e confrontar com a abordagem pedagógica descrita no projeto pedagógico, percebeu-se que a instituição adota predominantemente a tendência liberal tradicional, pois as práticas e as relações estabelecidas naquela instituição, evidencia a adoção do livro didático como cartilha incontestável, o quadro branco como único recurso didático, e utilizam-se da repetição de exercícios, para a memorização dos conteúdos trabalhados, ou seja, desconsideram o contexto escolar e a realidade social dos estudantes.

Tais aspectos corroboram com a definição de educação tradicional, descrita por Libâneo, pois segundo ele “a atuação da escola consiste na preparação intelectual e moral dos alunos para assumir sua posição na sociedade. (...) O caminho cultural em direção ao saber é o mesmo para todos os alunos, desde que se esforcem (LIBÂNEO, 2006, p. 23).

Ainda no tocante aos aspectos que envolvem os processos de ensino e aprendizagem, no projeto pedagógico afirmam que a escola atuará na aprendizagem fazendo o papel de incentivador no crescimento do aluno como cidadão com voz ativa na pesquisa e novas

descobertas nos diversos ramos do desenvolvimento (RONDÔNIA, PPP, 2017). Contudo, ao longo da pesquisa de campo, percebeu-se que tais afirmações são ideias um tanto utópicas. Durante a proximidade com a escola, acompanhando toda a rotina escolar, constatou-se que as únicas propostas que se aproximam dessa afirmação foi uma denominada mediação tecnológica, promovida pelo Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) Campus Porto Velho Zona Norte e outra denominada feira das nações, evento realizado bianualmente.

No tocante a avaliação da aprendizagem, consta no projeto político pedagógico que a mesma é realizada de forma contínua, ampla, cumulativa, com clareza de critérios e que oriente para o aperfeiçoamento no processo de ensino e aprendizagem, buscando avaliar as competências adquiridas (RONDÔNIA, PPP, 2017). O que vai ao encontro do que preconiza a LDB 9394/96 em seu Art. 24, inciso V, quanto a obrigatoriedade de uma avaliação contínua e cumulativa, com prioridade dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

Ocorre que, a pesquisa de campo evidenciou práticas avaliativas tradicionais, para os estudantes era um período de muita tensão, e os professores utilizavam-se de “provas” para fechar as notas de um determinado bimestre, evidenciando a supervalorização dos aspectos quantitativos.

Para Luckesi (2011), a avaliação é o ato onde o desempenho do aluno é verificado através da coleta, análise e síntese dos dados obtidos pelos meios de avaliação adotados pelo docente, assim, fazendo uma comparação com um padrão de qualidade já determinado, será atribuído um valor aos resultados apresentados pelo aluno, e a partir deste valor, é decidido qual rumo deve-se tomar. Segundo o autor, a avaliação da aprendizagem não é, nem pode continuar sendo a prática pedagógica tirana que ameaça e submete a todos com um poder discricionário, gerando desconforto no ato de avaliar, características que contradizem com os fatos observados durante a pesquisa de campo.

Consta ainda, no referido projeto, um sistema de notação com média mínima de 6,0 pontos para a aprovação. Os alunos que não conseguirem atingir a média, terão direito a recuperação no final do ano letivo e aqueles que não atingirem a média mínima na recuperação, serão submetidos a um exame final, onde terão que atingir uma média mínima de 5,0 pontos (RONDÔNIA, PPP, 2017).

Sabe-se que a avaliação é processual, portanto, deve partir do conhecimento que o estudante já traz do seu contexto de vida, e para isso é necessário que a prática pedagógica esteja associada a uma concepção construtiva, que busca acompanhar a aprendizagem e não apenas esperar resultados (LUCKESI, 2011).

A avaliação na instituição tem apresentado limitação enquanto ferramenta para auxiliar no processo de planejamento do professor, também, como instrumento para contribuir para a aprendizagem dos estudantes. Explicitamente o ato de avaliar nesta instituição, são apenas analisadas as notas, não os meios e formas com que estas foram alcançadas, não avalia o processo, apenas, o resultado. O modelo de avaliação, embora no projeto pedagógico traga uma formatação em conformidade com a legislação vigente, na prática, apresenta um formato tradicional, o que dificulta a aprendizagem dos estudantes por valorizar apenas os aspectos quantitativos, o que não traduz se o aluno foi capaz de compreender os conteúdos trabalhados, tampouco, suas dificuldades.

Por fim, com relação ao eixo *nos processos que envolvem o ensinar e o aprender*, constatou-se que o projeto político pedagógica demanda de atualizações, ao considerar que a última ocorreu há cinco anos atrás, especialmente, sugerimos rever a mistura de abordagens pedagógicas que divergem entre si, primando por fundamentos que representem a identidade da escola. No que tange aos processos de ensino e aprendizagem, ressalta-se que, fundamentar as práticas numa concepção mais tradicional de ensino, não é incorreto, contudo, vivendo numa era tecnológica onde os valores, necessidades e comportamentos sociais mudaram, as estratégias tradicionais também precisam ser revistas/repaginadas. Quanto a avaliação da aprendizagem, é importante e necessário, priorizar os aspectos qualitativos sobre os quantitativos, conforme estabelece a LDB, em vigência.

Sobre o currículo da física

Ao buscar no projeto pedagógico informações referentes ao currículo de física, constatou-se que ele estava localizado no eixo denominado “Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias os componentes curriculares da Matemática, Física, Química e Biologia”. Neste eixo, não havia um maior detalhamento acerca da proposta curricular para a disciplina de física, tratavam-se de abordagens generalistas sem um aprofundamento em nenhuma das disciplinas que compunham este eixo.

Nos apêndices, no entanto, continham todas as disciplinas que faziam parte da matriz curricular de cada série do ensino médio. No tópico referente a disciplina de Física, traziam de forma organizada e detalhada os conteúdos que seriam trabalhados em cada série, com a descrição dos objetivos a serem alcançados, e as referências que seriam utilizadas para subsidiar a aprendizagem dos conteúdos elencados para a aprendizagem. A carga horária da disciplina de física foi disposta numa tabela indicando que tanto a Física no ensino médio regular, quanto na

educação de jovens e adultos teriam um total de 106 horas e 128 horas/aula (RONDÔNIA, PPP, 2017).

Constatou-se, no entanto, que a maioria dos livros citados nos referenciais, com exceção do livro didático adotado pela instituição, não estavam disponíveis na biblioteca escolar para pesquisa. Na biblioteca, encontravam-se apenas livros didáticos antigos que na maioria das vezes, já tinham sido utilizados por alunos em anos letivos anteriores.

No tocante aos conteúdos curriculares, garantem no projeto pedagógico os seguintes: os campos de estudo e atuação da Física, a história da Física desde o início até os dias de hoje, os tópicos de Mecânica, Termodinâmica (este foi referido como Física Térmica, que é o nome apresentado no PCNEM), ondulatória, Óptica, Eletricidade e Magnetismo e por último Energia (RONDÔNIA, PPP, 2017). A disposição dos conteúdos foi organizada de forma satisfatória, cada tópico foi expandido e todos os assuntos a serem abordados, estão descritos com precisão.

Em um dos objetivos dispostos no projeto pedagógico referente ao ensino da física para os estudantes do ensino médio, aponta que o objetivo da disciplina é incentivar a cultura científica no aluno, despertar o seu interesse nos ramos do desenvolvimento voltados à disciplina; que a Física volta-se para a construção do conhecimento a partir da vivência cotidiana, e que aos alunos serão apresentados os seus princípios, com suas concepções, linguagens e outros elementos essenciais para a compreensão da física, sempre voltando o foco para a construção de cidadão com uma visão crítico-científica sobre a sociedade que o cerca, mas sem necessariamente abandonar os seus conceitos e ideias já formados (RONDÔNIA, PPP, 2017), o que atende as mudanças do mundo contemporâneo.

Ao fazer um paralelo entre a proposta curricular descrita no projeto pedagógico do curso, e as atividades desenvolvidas em sala de aula, constata-se que os professores não têm o projeto pedagógico como referência de currículo, na verdade, eles seguem exclusivamente o livro didático, sem adicionar atividades diferenciadas ou propostas didáticas em que os estudantes visualizem a física em suas vivências cotidianas. Durante as aulas, utilizam apenas a lousa e o livro didático, com longas listas de exercícios que são posteriormente corrigidas no quadro sem maiores explicações, contradizendo o que defendem Gadotti e Romão (1997), sobre a importância do projeto político pedagógico não se tornar apenas um conjunto de princípios mencionados no documento, mas que este, deve ser vivenciado em todo o âmbito escolar.

Embora a instituição tenha descrito no projeto pedagógico que a abordagem que permeia as ações que envolvem o ensino e aprendizagem são uma “mistura de ideias de Piaget, Vygotsky e Wallon, com uma perspectiva sócio, histórica e interacionista”, de acordo com os estudos realizados durante a pesquisa de campo, compreendemos que as práticas desenvolvidas na

escola são condizentes com uma perspectiva tradicional de ensino, pois ao buscarmos o fundamento para tais práticas, Libâneo traz uma definição precisa em que, “os conteúdos, os procedimentos didáticos, a relação professor-aluno não têm nenhuma relação com o cotidiano do aluno e muito menos com as realidades sociais. É a predominância da palavra do professor, das regras impostas, do cultivo exclusivamente intelectual” (LIBÂNEO, 2006, p. 22).

Em resumo *sobre o currículo da física*, constatou-se que ele contempla os conteúdos necessários para a aprendizagem da física, contudo, com as mudanças recentes, faz-se necessário atualizá-lo conforme prevê a Base Nacional Comum Curricular – BNCC, para a Educação Básica. Outro aspecto relevante é a falta de livros para pesquisa na biblioteca, neste sentido, sugerimos priorizar recursos para aquisição de referências bibliográficas atualizadas, conforme estabelecidos nos planos de ensino da disciplina da física e dos demais professores. Sobre a reformulação do projeto político pedagógico, é necessário e fundamental o envolvimento de todos os profissionais da escola e da comunidade entorno, pois assim, este documento poderá representar e atender as expectativas da comunidade escolar e representar de fato, a identidade daquela instituição.

CONCLUSÕES

É indiscutível que a escola é uma das bases da sociedade, sendo uma base, são necessários vários processos de planejamento para que esta atue de forma significativa na formação de cidadãos críticos e capazes de viver harmonicamente nos vários meios que estarão inseridos. Planejamento este que deve ser burocrático e organizado de forma que todos os envolvidos no meio escolar (comunidade externa e interna), exerçam seus papéis de forma satisfatória. Contudo, o que se verifica é que o planejamento não é levado em consideração, sua elaboração muitas vezes, é apenas para cumprir um ato burocrático ou legal, desconstruindo assim o seu objetivo principal, a demarcação de uma identidade que atenda as especificidades de cada instituição e que justifique sua concepção de ensino, aprendizagem, avaliação, metodologias e resultados esperados.

Ao desenvolver o estudo documental do projeto político pedagógico e posteriormente, confrontar com o cotidiano escolar, percebeu-se que aquele documento é demarcado por um discurso utópico, que não demonstra a identidade da escola e não atende as necessidades e especificidades da comunidade interna e externa. O que nos faz compreender o porquê das incoerências encontradas, especialmente, na abordagem pedagógica descrita no projeto, e

aquela praticada no âmbito do ensino, da aprendizagem e da avaliação. Tal problemática pode estar relacionada a diversas variáveis, entre outras, a falta de compreensão da importância do projeto político pedagógico para o delineamento das ações que envolve o ensino e aprendizagem, e até mesmo, problemas que envolve a formação inicial dos professores, especialmente nos cursos da área das ciências da natureza.

Mesmo o projeto político pedagógico não correspondendo totalmente com as ações praticadas no âmbito da escola conforme o estudo apresentado, reconhecemos a preocupação da instituição com os processos de ensino e aprendizagem. A escola é uma instituição nova e está em processo de amadurecimento acerca do seu papel enquanto instituição formadora, e esses apontamentos, auxiliarão nas reflexões necessárias para o delineamento de uma nova política institucional.

Diante dos fatos elencados, como recomendação, sugerimos a reformulação do projeto político pedagógico da instituição, destacando a importância de ser debatido e posteriormente, reformulado coletivamente, afim de assegurar a identidade institucional, os anseios da comunidade interna e externa e acima de tudo, que cumpra com o seu propósito educativo.

Referências

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico:** elaboração de trabalhos na graduação. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases.** Lei nº 5692, de 11 de agosto de 1971. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/128525/lei-de-diretrizes-e-base-de-1971-5692-71> . Acesso em 04/09/2021.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FARIAS, I.M S de; SALES, J. O. C. B.; BRAGA, M. M. S. C.; FRANÇA, M. S. L. M. **Didática e docência: aprendendo a profissão.** Brasília: Liber Livro, 2009.

GIL, Antônio Marcos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2010.

GONSALVES, E. P. **Iniciação à pesquisa científica.** Campinas, São Paulo: Alinea, 2001.

GADOTTI, M. ROMÃO, J. **Autonomia da escola:** princípios e propostas. São Paulo: Cortez, 1997.

GODOY, Arilda Schmidt. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades.** RAE – Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

- KUENZER, A. Z.; CALAZANS, M. J.C.; GARCIA, W. **Planejamento e educação no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- LIBÂNEO, José Carlos; **Democratização da escola pública**: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. 21. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 2 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2013.
- LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar**: estudos e proposições. São Paulo: Cortez Editora, 2011.
- LÜCK, Heloísa; **Gestão educacional**: uma questão paradigmática. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.
- MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro, RJ: Vozes, 2009.
- OLIVEIRA, Dalila Andrade; **Gestão democrática da Educação**: desafios contemporâneos. 2.ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2003.
- RICHARDSON, et al. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2007.
- RONDÔNIA. **Projeto Político Pedagógico (PPP)**. Escola Estadual de um município de Rondônia, 2017.
- TEIXEIRA, Anísio. **Revista de Educação**, 1934, v. VI, n. 6, jun., SP. 1934.
- VASCONCELLOS, C. S. **Coordenação do trabalho pedagógico**: do projeto político pedagógico ao cotidiano da sala de aula. São Paulo: Libertad, 2002.
- VEIGA, Ilma Passos; **Projeto político-pedagógico da escola**: uma construção possível. 1. ed. São Paulo: Papyrus Editora, 2013.
- VIN, R. K. **Case study research: design and methods**. Newbury Park, CA: Sage Publications, 1989.
- ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia da pesquisa**. SEAD/UFSC, 2011.